



GENERIFICAÇÃO PATRIARCAL: DISTINÇÃO E GÊNESE SÓCIO-HISTÓRICA DO CAMPO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.

Ana Tereza da Silva Nunes¹

Resumo

A (des)construção histórico-crítica de gênero, colocando em perspectiva a construção de normas e representações hegemônicas de feminilidade no Brasil, evidencia processos que foram e são marcados por diferentes possibilidades de acesso cultural, e por distinções impostas nas formas de apropriação dos espaços de saber institucionalizados desde a gênese do campo da Educação. A abordagem visa o desvelamento de relações de força que norteiam experiências em educação forjadas na socialização desigualmente generificada e racializada de nossas vidas, a partir de um referencial simbólico patriarcal colonial originário, que caracterizou o fundante da estrutura social brasileira, especialmente no que ele se manifesta em atualizações e reminiscências reproduzidas pedagogicamente ao longo do tempo.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Reprodução.

Gênero e o campo da Educação no Brasil: naturalização e reprodução de um desvalor

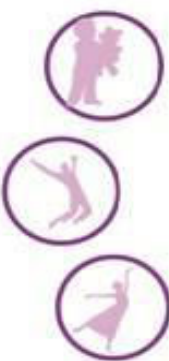
A vivência em um determinado campo pode naturalizar processos, formas e regularidades na atuação, tornando a realidade autoevidente, nos impedindo de deslindar os mecanismos de reprodução de reforço de distinções e da norma hegemônica. Ao introduzir reflexões acerca da história e historiografia da Educação de mulheres brasileiras, o faço pensando a relação de imanência subjetiva estabelecida entre o que se define como (hétero) patriarcado e às histórias e historiografias das mulheres nesses territórios, almejando uma perspectiva crítica feminista quanto ao potencial dos meios institucionais de ensino e aprendizagem na reprodução e conservação estrutural de um determinado ordenamento e classificação social desigual de gênero, raça e classe, que se faz manifesto desde o fundante² de nossas sociedades. Há uma busca em desvelar as bases para que situemos factualmente e simbolicamente a relação entre patriarcado, colonialismo³ e formação sócio-histórica do

¹ Mestranda – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Email: anaterzasilvanunes@gmail.com

² O termo ‘fundante’ é aqui utilizado enquanto referencial para pensarmos o momento da gênese da sociedade brasileira nos remetendo à ideia de um possível início, de um princípio constituidor, de uma instituição e classificação primária do espaço e dos modos de sociabilização.

³ Colonialismo designa um sistema de dominação/exploração em que o controle de um território, sua natureza transformada em “recursos” e a população que o ocupa passam a estar sob o controle político, jurídico e econômico de outro território e população; configuram-se processos de sujeição sistemática dos modos de





Brasil, entendimento parte da compreensão almejada ao longo da pesquisa no que se refere às interpenetrações subjetivas e objetivas historicamente confirmadas acerca das questões de gênero no campo da Educação.


Nesse sentido, apresentar-se-á uma perspectiva quanto aos processos e discursos que precedem uma sistematização formal do ensino que pudesse ser acessada por mulheres brasileiras, no que conformariam da lógica histórico-social estruturada pelo que se compreende como colonialismo moderno (QUIJANO, 2009) no Brasil. O campo da Educação, nessa perspectiva, passa a ser percebido como constituído e constituinte de uma sociedade de base colonial que esteve sujeita impositivamente a um ideal formativo eurocentrado. A abordagem se fundamenta em uma revisão crítica dos discursos e processos em que se podem apreender os sentidos de uma conformação de padrões de gênero patriarcalmente concebidos. Sobre a produção de uma norma e representação hegemônica de gênero no Brasil, desde a estruturação social imposta pelos processos de invasão europeia nesse território, a partir do século XV, é admissível considerar que o patriarcado esteve atrelado diretamente à constituição burocrática colonial e estabeleceu as bases para o futuro Estado nacional brasileiro.

Enquanto elemento classificativo de nossa estrutura societal, o patriarcado precede a forma e os significados atribuídos às principais instâncias organizacionais das sociedades modernas, abarcando o que se construiu como âmbitos públicos e privados. Nesse sentido, o texto aponta para um caminho em que não se trata de averiguar como, ou se, a educação brasileira exclui e/ou excluiu as mulheres a partir de um estudo do campo da Educação, mas sim, de pensar como a sociedade exclui e excluiu mulheres, de diferentes formas, em seus sistemas de classificação do mundo social como um todo, e a partir disso, averiguar como o patriarcado reverberou e reverbera ativamente na constituição do campo da Educação nas histórias e historiografias brasileiras. A historiografia permite interrogar sob quais argumentos e discursos o Estado brasileiro, em sua gênese constitutiva, se articula na construção da sujeição e controle do que é tido como feminino ao longo do tempo.

A adjetivação patriarcal reforça o sentido político atribuído à escolha desse termo, conforme proferido por Pateman (1988), ao reconhecê-lo na atualidade como potente instrumento de desconstrução pela singularidade do que abarca. Desse modo, ainda que exista

produção e da força de trabalho, associadas a um processo contínuo de aculturação identitária – material e simbólica – a partir de uma autoridade externa. Por colonialismo moderno entende-se a estrutura de dominação imposta por Estados Nação europeus a partir do século XV, em que se conforma uma espécie de ocidentalização em diferentes territorialidades concomitantemente; e se estabelecem novos ordenamentos sociais calcados em desumanização pelo estabelecimento de regimes escravocratas fundamentados em uma divisão e (des)valorização racializada do trabalho.





um debate quanto aos significados e possíveis limitações do termo patriarcado, entende-se que “se o problema não for nomeado, [...] poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais de análise política” (PATEMAN, 1988, p. 39). A apropriação politizada de conceitos existentes, ampliando-as em pesquisas no trato com as tidas Ciências Humanas, pode ser uma metodologia tão propícia quanto, ou mais, às mudanças estruturais prospectadas na constante criação de novas classificações e categorizações da realidade. O uso do termo implica, a meu ver, em nos dispor a debater “se as relações patriarcais estão essencialmente estabelecidas na família ou se a vida social, como um todo, está estruturada pelo poder patriarcal; e quais as relações existentes entre patriarcado, ou dominação sexual, e capitalismo, ou dominação de classe” (PATEMAN, 1988, p. 39).

A ideia de um colonialismo agrícola de bases patriarcais, ou seja, de um patriarcado moderno com base na produção mediada por grandes latifúndios rurais enquanto elemento estrutural da sociedade colonial brasileira remete à desigualdade manifesta no fundante das construções das representações de gênero possíveis nas sociedades ocidentais de que se tem registro.

“À medida que as civilizações se desenvolveram, a partir dos contatos e das limitações das trocas, os sistemas de gênero – relações entre homens e mulheres, determinação de papéis e definições dos atributos de cada sexo – foram tomando forma também” (STEARNS, 2017, p. 31). A organização sexuada⁴ da vida se traduz na construção de uma linguagem, na conformação de uma codificação sociocultural primária, baseada na produção de sentidos e de reconhecimento de possíveis diferenças fundamentadas binariamente e em oposição – ser homem/ser mulher –, reproduzidas e atualizadas quanto aos (des)valores atribuídos às perspectivas essencialistas aplicadas aos possíveis constituintes de um padrão masculino e/ou feminino nos diferentes períodos. Essa “di-visão” (BOURDIEU, 1989) e classificação generificada dos papéis sociais institui uma naturalizada e permanente inferiorização do feminino em relação ao masculino. Dessa forma, procederam-se construções articuladas e sistematizadas do que nos informa a noção patriarcado. Em uma realidade em que

algumas argumentam que os problemas com o conceito são tão grandes que ele deveria ser abandonado. [Entendo que] Seguir tal caminho representaria [...] a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito


4Se·xu·a·do [cs] (sexo + -uado)

adjetivo

1. Que tem um sexo. ≠ ASSEXUADO, DESSEXUADO.

2. Que se reproduz pela união de células diferenciadas dos dois sexos. "**sexuada**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/sexuada> [consultado em 07-05-2018].

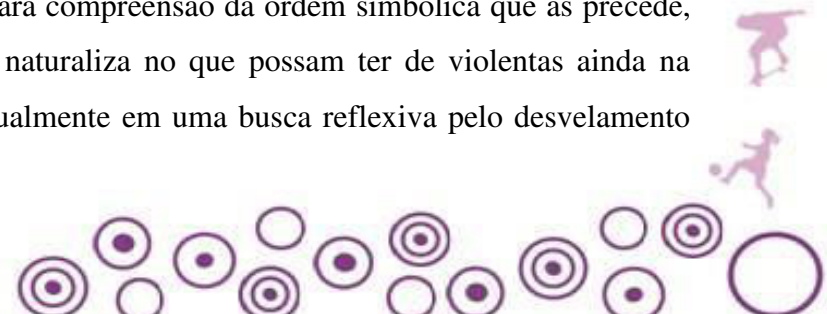





político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens (PATEMAN, 1988, p. 39 grifo meu).

Ao buscar compreender os constituintes historicamente naturalizados e essencializados das representações de gênero a partir de um regime de colonização, procedemos na busca por algo que se aproxime de um “pensamento genético” (BOURDIEU, 2014) sobre nossas práticas e linguagens compartilhadas, “que consiste em dizer que uma das maneiras de compreender um funcionamento social é analisar sua gênese” (BOURDIEU, 2014, p.133). Dessa forma, historicizar o sentido conservador de algumas práticas e discursos em relação à generificação patriarcal de nossas experiências ao longo do tempo apresentou-se como uma forma de romper com “essa oposição clássica segundo a qual o sociólogo estuda as leis invariantes ao passo que o historiador estuda casos situados e datados” (BOURDIEU, 2014, p. 132). Ao possibilitar um fazer histórico do social ou uma sociologia historicizante de nossas práticas, que se concebe entendendo que, a partir dessa perspectiva, buscamos apreender os modos como uma ordem de um discurso naturalizado é potencialmente apropriada na institucionalização de agentes e processos que a legitimem enquanto ordem social, a partir da qual o regime político vigente, sob a “retórica do oficial” (BOURDIEU, 2014, p. 80), maneja variáveis em termos de subjetivação e representação, em prol de atender uma lógica distintiva hierarquizante de gênero que se estende desde a economia até as relações interpessoais, a partir de uma dada conjuntura originária. O pensamento genético aplicado aponta que “a fronteira entre sociologia e história não tem nenhum sentido. Ela só tem justificativa histórica porquanto está ligada a tradições de divisão do trabalho” (BOURDIEU, 2014, p.133). Abre-se à possibilidade de pensar o trato historiográfico enquanto instrumento de subversão de naturalizações sociologicamente construídas e reproduzidas de comportamentos humanos violentos em suas diferenciações generificadas, uma busca pelo que definiria sua objetivação e subjetivação originária na estruturação da sociedade brasileira, reconhecendo que: “o originário é o lugar em que se constitui um certo número de coisas que, uma vez constituídas, passam despercebidas” (BOURDIEU, 2014, p. 134).

Um discurso naturalizador emerge na gênese da sociedade brasileira como materialização transmissível de uma norma hierarquizante de gênero. A análise da constituição histórica do espaço social no qual se inserem determinadas práticas, agentes e representações é o caminho escolhido para compreensão da ordem simbólica que as precede, potencialmente as legitima, e então as naturaliza no que possam ter de violentas ainda na contemporaneidade. Empreende-se textualmente em uma busca reflexiva pelo desvelamento





das possíveis relações de força que ordenaram simbolicamente os processos do ser/tornar-se mulher não pela descrição de situações factuais pontuais, mas sim pela apreensão dos sentidos manifestos nas construções de discursos objetivados em práticas posteriormente institucionalizadas distintivas de gênero.


Pensa-se o patriarcado moderno no que o mesmo representa quanto à constituição e atualização de um capital simbólico (BORDIEU, 1989) de gênero perpetrado no campo da Educação, concomitante e articulado à racialização assimétrica de nossas identidades pela manutenção do racismo enquanto estrutura imanente às nossas consciências histórico-críticas na conformação de um capital racial (COSTA, 2018), em que os processos de invasão europeia se fazem pano de fundo e origem comum, mas reverberam diferenciadamente nos diferentes grupos, considerando interseccionalidades de classe, gênero e raça. Há uma reflexão sobre como tais elementos produzem e reproduzem a segregação de mulheres como um todo, e a segmentação dessas mulheres entre si, por condicionantes e aquisição de capitais simbólicos distintos e distintivos desde a colonização.

o perfil identitário reconhecidamente como pertencente à cultura e estética negra no Brasil é convertido em um desvalor: [capital racial]. O que demonstra o caráter de dominação a partir do estabelecimento da unificação e universalização de uma cultura específica (imperialismo cultural). Da mesma forma, Bourdieu poderia ter pensado na noção de capital de gênero, já que também é uma categoria que se converte em valor bruto no mercado econômico e cultural a partir do valor atribuído no mercado das trocas simbólicas (BORDIEU, 1989 apud COSTA, 2018, p.184 grifo meu).

Esse desvalor manifesto nas distinções de gênero de origem patriarcal se converte na construção e atualização de um capital simbólico negativo na educação formal, ou seja, na desvalorização contínua e previamente autorizada a partir de uma categoria sociocultural – gênero – utilizada como justificativa para hierarquizações, a partir de normas masculinizadas do ordenamento social. O patriarcado conformaria uma construção simbólica da categoria gênero enquanto produtora generalizada de posições e representações de (des)valor social, ou seja, há uma valoração compartilhada sobre quem somos e/ou podemos ser a partir de uma consciência desigualmente generificada imanente às nossas experiências formativas. “Ampliando o conceito de capital, o qual, não se restringe à posse de bens materiais, [o mesmo] pode ser compreendido como uma relação social, ou seja, energia social que existe e produz seus efeitos na ordem social” (COSTA, 2018, p.172, grifo meu).

É possível aduzir uma revisão teórica sócio-histórica dessa ordem masculinizada instaurada na averiguação empírica de suas reminiscências cordiais no campo da Educação,





pensando-a como criadora de normas e atribuição de valores simbólicos desiguais às experiências humanas, com sobrevida em atualizações no tempo. Algo que se pretende apreender na interlocução oral sensível de narrativas construídas e historicizadas por vivências docentes, relacionadas às estratificações sociais estruturais, e explorando de forma crítica o conceito de branquitude (SCHUCMAN, 2012), no desvelamento de uma possível conservação de privilégios de raça e classe intragênero objetivado nas formas de acesso aos meios institucionalizados do saber e à possibilidade de profissionalização no campo educativo ao longo do tempo.

As relações entre as histórias brasileiras e as histórias da Educação de mulheres ampararão as problematizações quanto aos aspectos levantados na pesquisa por meio de entrevistas e grupos focais com professoras que estiveram e/ou estão inseridas na educação básica em uma cidade de pequena dimensão – São Gotardo, Minas Gerais – , no intuito de estabelecer análises reflexivas quanto às experiências dessas interlocutoras em relação à discência e docência, articuladas criticamente aos possíveis sentidos de uma feminização compulsória do magistério (que caracteriza o fim do século XIX e início do século XX) em meio aos condicionantes e as representações hegemônicas de gênero – raça e classe – que atravessam a sociedade e o campo da Educação ainda na atualidade, ou seja, desvelando alguns dos modos como se objetivam a generificação e a racialização assimétricas inexoráveis de nossas vidas e, conseqüentemente, de nossas políticas, instituições e práticas educacionais.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. 1ª edição. São Paulo: companhia das letras, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- COSTA, J. **Genocídio: o apagamento de uma identidade**. 2018, Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Cultura urbana, identidades e modos de vida Belo Horizonte – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018.
- PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- QUIJANO, A. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina S.A, 2009.
- REZENDE, D. L. **Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda**. Pensamento Plural. Pelotas [17]: 07 – 27, julho-dezembro, 2015. Disponível em:





<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/6568/5155>>.

Acesso em: 29/09/2017.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”:** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012, Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, T. T.. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

STEARNS, P. N. *História das Relações de Gênero*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2017.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

